

**NOTA**

---

de: Praesidium

para: Convenção

---

**Assunto: Título IX: A União e a sua envolvente**

---

**Principais aspectos**

Envia-se em anexo, à atenção dos membros da Convenção, um projecto de artigo 42.º (Título IX), sobre a União e a sua envolvente , acompanhado de uma Nota Explicativa. O projecto de Tratado apresentado à Convenção em Outubro de 2003 contém um título separado sobre a União e a sua envolvente e prevê que este inclua disposições que permitam criar uma relação privilegiada entre a União e os Estados vizinhos.

Essas disposições são apresentadas no Anexo . O texto prevê um quadro flexível, mas coerente que reúne as normas que actualmente regem as relações da União com países individuais ou com grupos de países, através de acordos. Não cria novas obrigações, mas reconhece pela primeira vez a importância de que se reveste para a União a sua envolvente.

**TEXTO DO ARTIGO****Artigo 42.º**

1. A União desenvolve relações privilegiadas com os Estados na sua vizinhança, a fim de criar um espaço de prosperidade e boa vizinhança, caracterizado por relações estreitas e pacíficas, baseadas na cooperação.
2. Para o efeito, a União pode celebrar e aplicar acordos específicos com os países interessados, nos termos do disposto no artigo X da Parte II da Constituição.. Esses acordos podem incluir direitos e obrigações recíprocos, bem como a possibilidade de realizar acções em comum. A sua aplicação será acompanhada de consultas periódicas.

**OBSERVAÇÕES:****N.º 1**

*Este número estabelece a intenção da União de criar uma política de "vizinhança". Não existe nos Tratados actuais nenhum artigo ou disposição equivalente, embora a descrição incluída neste número se possa aplicar à situação actualmente existente (a União já tem relações contratuais com a maioria dos seus vizinhos directos). O texto proposto fornece um quadro flexível, mas coerente, para as relações com os países vizinhos.*

**N.º 2**

*Este número define os instrumentos políticos de modo ligeiramente mais pormenorizado, sendo o seu ponto de partida o actual artigo 310.º do TCE (Acordos de Associação), embora o texto remeta para a Parte II da Constituição no que se refere às regras de execução em matéria de negociação e implementação. A referência aos direitos e obrigações recíprocos é retirada do artigo 310.º do TCE (texto actual: "A Comunidade pode celebrar com um ou mais Estados ou organizações internacionais acordos que criem uma associação caracterizada por direitos e obrigações recíprocos, acções comuns e procedimentos especiais. "A concertação periódica prevista no último período é habitualmente prevista nos Acordos de Associação, através da criação de uma relação estrutural (ex: Conselho de Associação/Comité de Associação).*